

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, DE SAÚDE E DE TECNOLOGIA
COORDENAÇÃO DE DIREITO

NATHÁLIA SÁ NASCIMENTO

SOBRE BRUXOS E TROUPAS: a construção sócio jurídica da adolescência de Harry Potter ponderada a partir dos princípios da prioridade e melhor interesse

IMPERATRIZ – MA
2023

NATHÁLIA SÁ NASCIMENTO

SOBRE BRUXOS E TROUXAS: a construção sócio jurídica da adolescência de Harry Potter ponderada a partir dos princípios da prioridade e melhor interesse

Monografia apresentado ao Curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão como requisito para a elaboração da Monografia.

Orientador:

Prof. Dr. Thiago Vale Pestana

IMPERATRIZ – MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Nascimento, Nathália Sá.

Sobre bruxos e trouxas : a construção sócio jurídica da adolescência de Harry Potter ponderada a partir dos princípios da prioridade e melhor interesse / Nathália Sá Nascimento. - 2023.

46 p.

Orientador(a): Thiago Vale Pestana.

Monografia (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2023.

1. Estatuto da criança e do adolescente. 2. Poder familiar. 3. Proteção ao menor. I. Pestana, Thiago Vale. II. Título.

NATHÁLIA SÁ NASCIMENTO

SOBRE BRUXOS E TROUPAS: a construção sócio jurídica da adolescência de Harry Potter ponderada a partir dos princípios da prioridade e melhor interesse

Monografia apresentado ao Curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão como requisito para a elaboração da Monografia.

Orientador:

Prof. Dr. Thiago Vale Pestana

APROVADA EM: ____ / ____ / ____

Prof. Dr. Thiago Vale Pestana (ORIENTADOR)

Paula Regina Pereira dos Santos Marques Dias

Gabriel Araújo Leite

*Para minha mãe que sempre me apoiou. Para meus
amigos e namorado aguentaram minhas
inseguranças.*

AGRADECIMENTOS

Primeira agradecer a Deus, por ter me dado o dom da vida, inteligência, coragem e persistência para não desistir.

A minha mãe, Francisca Celma, por ser minha maior inspiração, apoiadora e porto seguro.

Ao meu namorado, Daril de Deus, por ter me ajudado diversas vezes na construção desse trabalho e me acalmando quando estava desesperada e insegura.

Aos meus amigos: Jessica Oliveira, Dalila de Deus, Ellen Naiara e Antônio Junior, por terem paciência comigo e sempre me dando um abraço amigo os meus momentos de insegurança.

A minha irmã, Leticya Sá que me ajudou na correção normativa deste trabalho.

Por fim, mas não menor importante ao meu orientador, Tiago Vale Pestana, que me ajudou na construção desse trabalho e me orientou nesta jornada.

“Claro que está acontecendo dentro da sua cabeça, Harry, mas por que raios isso significaria que não é real?”

(Dumbledore – Harry Potter e as Relíquias da Morte

RESUMO

Os princípios do melhor interesse e da prioridade absoluta, visam proteger e garantir o bem estar das crianças e adolescentes. A saga literária de Harry Potter, escrita pela britânica J. K. Rowling e fenômeno entre os leitores infanto-juvenis, conta a história de Harry Potter, que pouco tempo após seu nascimento se torna órfão. A tutela do menino é passada para seus parentes mais próximos, assim como acontece em muitos lares brasileiros. Além disso quando Harry completa 11 anos de idade é chamado para estudar na escola de Hogwarts, local em que o menino se considera pela primeira vez em um lar, onde encontra amigos e apoio de seus preceptores. Desse modo esta saga torna-se objetivo de estudo para o presente trabalho buscando-se relacionar a obra ficcional com o direito brasileiro. A Lei nº 8.069/90 é o protetor dos direitos e garantias fundamentais para os infantes no Brasil juntamente com a Constituição da República Federativa do Brasil. Ambas as normas trazem consigo os princípios em tela. Entretanto até o direito brasileiro chegar na estrutura atual das proteções infantis precisou evoluir da lei do ventre livre, norma essa a primeira a tratar do menor, para nossa atual legislação, na qual visa a proteção integral das crianças e adolescentes. Desta forma concluiu-se que apesar dos direitos da família sobre o menor serem de suma importância, não são supremos, já que o bem estar do menor deve sempre a prioridade, porque o menor deve ser construído em um ambiente protetor e livre de negligência.

Palavras-chave: estatuto da criança e do adolescente; proteção ao menor; poder familiar; Harry Potter.

ABSTRACT

The principles of best interest and absolute priority aim to protect and guarantee the well-being of children and adolescents. The Harry Potter's literary saga, written by British author J. K. Rowling, is a phenomenon among children's readers, tells the story of Harry Potter, who shortly after his birth is orphaned. Guardianship of the boy is granted to his closest relatives, as is the case in many Brazilian homes. In addition, when Harry turns 11 years old, he is called to study at Hogwarts school, where the boy considers himself a home for the first time, where he finds friends and support from his tutors. In this way, this saga becomes the object of study for the present work, seeking to relate the fictional work with Brazilian law. Law nº 8.069/90 is the protector of fundamental rights and guarantees for infants in Brazil along with the Constitution of the Federative Republic of Brazil. Both norms bring with them the aforementioned principles. However, until Brazilian law reached the current structure of child protection, it had to evolve from the Free Womb Law, which was the first rule to deal with minors, to our current legislation, which aims at the full protection of children and adolescents. In this way, it was concluded that although the family's rights over the child are of paramount importance, they are not supreme, as the well-being of the child must always be a priority, because the minor should be built in a protective ambience free from neglect.

Keywords: child and adolescent status; minor protection; family code; Harry Potter.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFRB – Constituição da República Federativa do Brasil

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	HISTÓRICO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL	11
2.1	A INFLUÊNCIA LEGISLATIVA INTERNACIONAL NESTA SEARA PARA O BRASIL	13
2.2	O DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	14
2.3	O DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA LEI 8.069/90	15
2.3.1	OS PRINCÍPIOS DO MELHOR INTERESSE E DA PRIORIDADE ABSOLUTA PARA NORTEAR A TUTELA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	16
2.3.2	OS DIREITOS FUNDAMENTAIS PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SEU ESTATUTO	18
3	HARRY POTTER: O MENINO QUE SOBREVIVEU TAMBÉM A UM AMBIENTE FAMILIAR DE VULNERABILIDADE	22
3.1	O UNIVERSO DE HARRY POTTER	23
3.2	UM BREVE PANORAMA DE SUAS ESTÓRIAS	27
4.	HARRY: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DE SUA ADOLESCÊNCIA Á LUZ DOS PRINCÍPIOS DA PRIORIDADE ABSOLUTA E MELHOR INTERESSE .	31
4.1	O DIREITO DA FAMÍLIA SOBRE A TUTELA DO MENOR EM CONTRASTE AO PRINCÍPIO DA PRIORIDADE E MELHOR INTERESSE	31
4.2	OS “CUIDADOS” DISPENSADOS PELOS TIOS DE HARRY PONDERADOS NA PERSPECTIVA DOS PRINCÍPIOS DA PRIORIDADE ABSOLUTA E MELHOR INTERESSE	33
4.3	O PAPEL DE HOGWARTS E DO MINISTÉRIO DA MAGIA NA DEFESA DOS DIREITOS DE HARRY COMPARADOS AO SISTEMA DE PROTEÇÃO PREVISTA NA LEI 8.069/90	36
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
6.	REFERENCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

O trabalho proposto tem como objetivo apresentar os princípios da prioridade absoluta e do melhor interesse, bem como a construção sociojurídica da adolescência do personagem Harry Potter, explorando a relação dos direitos das crianças e dos adolescentes por meio da literatura de J. K. Rowling. Abordar-se-á a forma como esses princípios são retratados na vida de Harry Potter e como eles refletem questões importantes relacionadas aos direitos e proteção da infância e adolescência.

A série literária de J. K. Rowling – Harry Potter, é composta por sete livros, que foram publicados entre os anos de 1997 e 2007. Os livros foram adaptados para a cinematografia em oito filmes lançados entre os anos de 2001 e 2011. Tal universo tornou-se mundialmente famoso de forma especial entre a categoria infanto juvenil. Mesmo com a fantasia do mundo dos bruxos sendo o diferencial da trama a mistura com temas complexos da realidade introduziu muitas pessoas em problemas comuns do mundo contemporâneo.

O princípio da prioridade absoluta é um dos pilares do direito das crianças e dos adolescentes. Eles estabelecem que em qualquer ação ou decisão de crianças e adolescentes os seus interesses devem ser considerados como a principal prioridade. Isso significa que, quando se trata de tomar decisões que afetam a vida de uma criança ou adolescente, é necessário considerar o melhor para eles, levando em conta sua proteção, desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social.

O princípio do melhor interesse também está intimamente ligado à proteção e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Ele determina que todas as medidas tomadas em relação ao público alvo devem ser guiadas pelo objetivo de garantir o máximo bem-estar e desenvolvimento saudável. O melhor interesse da criança ou do adolescente deve ser o fator determinante para tomar decisões sobre sua vida, garantindo sua proteção, educação, saúde e desenvolvimento integral.

Na saga de Harry Potter, pode-se identificar a presença desses princípios ao longo da história. Desde o início da série, Harry é retratado como um órfão que enfrenta várias adversidades em sua vida. Ele é negligenciado e maltratado por seus pais adotivos, os Dursley. No entanto, quando ele descobre ser um bruxo e ingressa na Escola de Magia e Bruxaria de Hogwarts, ele é colocado em um ambiente onde seus direitos e interesses são levados em consideração.

Em Hogwarts, Harry é protegido e cuidado pelos professores e pelo diretor, Alvo Dumbledore. Eles agem em conformidade com o princípio da prioridade absoluta, garantindo que Harry seja protegido de ameaças e tenha acesso a uma educação adequada. Além disso, os professores e outros adultos em sua vida trabalham constantemente para garantir seu bem-estar e desenvolvimento como bruxo e como pessoa.

O princípio do melhor interesse também é evidente na trajetória de Harry. Ele está constantemente envolvido em situações perigosas e enfrenta desafios que colocam sua vida em risco. No entanto, as decisões tomadas pelos adultos ao seu redor são guiadas pelo objetivo de protegê-lo e garantir seu melhor interesse. Exemplos disso são os esforços para a construção de seu caráter face o antagonista Voldemort e para garantir que Harry tenha apoio emocional principalmente devido os traumas que carrega em relação à perda dos pais.

A importância do ambiente familiar no desenvolvimento de crianças e adolescentes tem sido objeto de estudo e debate há muito tempo. A série de livros de Harry Potter apresenta uma rica variedade de relações familiares, incluindo o protagonista Harry Potter, que vive com seus parentes consanguíneos, os Dursley. Essa dinâmica familiar fictícia pode servir como ponto de partida para uma reflexão sobre as experiências reais de crianças e adolescentes que convivem com parentes consanguíneos em suas vidas.

No primeiro momento deste trabalho, será feita a análise dos Direitos da Criança e do Adolescente pelo Brasil, assim como quais foram as influências internacionais e a importância constitucional dos direitos fundamentais dos infantes.

Já no segundo momentos desde trabalho, haverá a descrição do Universo de Harry Potter, assim como foi a educação e criação dele. Mostrando os principais aspectos de como a família influência no desenvolvimento humano, não apenas do personagem principal, mas também dos amigos e do antagonista.

Por fim o terceiro capítulo passará a expor que criação saudável de uma criança ou adolescente é um tema central tanto na obra literária de Harry Potter quanto no direito brasileiro. Este capítulo busca estabelecer uma relação entre os princípios e as situações apresentadas na obra com os conceitos e as garantias oferecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro. Serão explorados os princípios do melhor interesse da criança e da prioridade absoluta sobre o direito da família, identificando como esses princípios são aplicados tanto no mundo fictício quanto no contexto jurídico real.

2 HISTÓRICO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL

A primeira aparição de direito dos menores brasileiros foi na Lei do ventre livre, do dia 28 de setembro de 1871, há 151 anos. Na teoria nenhum filho de escravo seria escravizado após seu nascimento, todavia não foi o que ocorreu.

Após o nascimento a criança ficaria com a mãe até os 8 anos de idade, em cativeiro, posteriormente dos 8 aos 21 anos, continuariam na propriedade do senhor ou se ele não os quisesse ficariam sob a tutela do estado (WESTIN, 2021).

“Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quaes terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indemnização pecuniaria acima fixada será paga em titulos de renda com o juro annual de 6%, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquelle em que o menor chegar á idade de oito annos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbitrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor.” (Brasil, Lei nº 2.040, 1871).

Aqui entende-se que mesmo com a premissa da lei ser a liberdade do menor, não há realmente a cumprimento, pois durante 21 anos de sua vida os menores precisariam prestar serviço gratuitamente ao senhor para compensar com as despesas com sua criação.

Mais tarde em 1916, surge o Código Civil, o qual menciona as competências dos pais, que entre elas estão a criação, educação, conceder ou negar o casamento, reclamá-los de quem ilegalmente os detenha, entre outros deveres. Diferente da Lei do Ventre Livre aqui já há um interesse maior em proteger o menor, apesar ainda de não ser integralmente.

Alguns anos mais tarde em 1927 é instituída a primeira legislação que tratar da assistência e proteção aos menores o Decreto nº 17.943-A, intitulada como Lei de assistência e protecção a menores. Antes desse Lei as crianças a partir dos 9(nove) anos eram levadas aos tribunais da mesma forma que criminosos adultos.

Foi a Lei de assistência e protecção a menores que estabeleceu que crianças e adolescentes até os 17(dezessete) anos são penalmente inimputáveis e que somente a partir dos 18(dezoito) anos podem responder aos seus crimes e ser condenados à prisão, direito esse que permanece até hoje. (WESTIN, 2015)

Outros importantes direitos que também foram contemplados por essa Lei foi a proibição do trabalho infantil, que era fartamente explorado na época por ser uma mão de obra farta e barata, para crianças até os 11(onze) anos, os adolescentes de 12 a 17 anos poderiam trabalhar, porém com restrições. Entre essas restrições estava a proibição do trabalho noturno, assim como a admissão em locais perigosos.

A Lei de assistência e protecção a menores trouxe avanços, mas não conseguiu garantir que as crianças sob a tutela do Estado fossem efetivamente tratadas com dignidade, protegidas, recuperadas.

Em 1979 surgiu o Novo Código de Menores, Lei Federal nº 6.697/79, estabelecendo a Doutrina da Situação Irregular, que tinha por objeto as crianças adolescentes em situação irregular. O artigo 2º determina o que seria a Situação Irregular:

“Art. 2º - Para os efeitos deste Código, considera-se em **situação irregular** o menor:

I – privado de condições essenciais sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

- a) Falta, ação ou omissão dos pais ou responsáveis;
- b) Manifesta impossibilidade dos pais ou responsáveis para provê-los;

II – vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III – em perigo moral devido a:

- a) Encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
- b) Exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV – privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V – com desvio de conduta, em virtude de grave estado de inadaptação familiar ou comunitária;

VI – autor de infração penal.

Parágrafo único – Entende-se por responsável aquele que, não sendo pai ou mãe, exerce, a qualquer título, vigilância, direção ou educação de menor, ou voluntariamente o traz em seu poder ou companhia, independentemente de ato judicial.”

Aqui percebe-se uma maior preocupação do Estado em relação aos menores, toda aquela criança ou adolescente que esteve em situação de vulnerabilidade tanto física quanto moral e englobava até mesmo o jovem delinquente. Esse jovem delinquente ficaria preferencialmente nas Entidades criadas pelo Poder Público.

Essas Entidades de deveriam obrigatoriamente cuidar dos estudos e da profissionalização dos menores.

Além disso, todas as medidas que podiam ser aplicadas aos menores visavam a reintegração sociofamiliar. Por outro lado, o mesmo código trazia duas formas de adoção – a simples e a plena. A primeira delas precisaria de autorização judicial e de um estágio de convivência com menor que seria determinado pela autoridade judiciária, o problema se encontra que essa adoção não tornaria o adotando filho com todos os direitos. A segunda delas deligariam qualquer vínculo familiar dos parentes consanguíneos, contudo está adoção apenas asseguraria crianças de até 7(sete) anos, que as tonaria filhas com os mesmos direitos dos filhos biológicos.

Em 1988 é instituída a Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB, quem rompe o modelo punitivista do Código de menores de 1979 e passa a assegurar as crianças e aos adolescentes baseado na prioridade absoluta os direitos a saúde, a alimentação, ao lazer e tantos outros direitos básicos.

Finalmente em 1990 é decretada a Lei nº 8.069, conhecida como Estatuto da criança e do adolescente – ECA. Quem vem trazer a proteção integral à criança e ao adolescente, proteção essa que será tratada no decorrer dessa análise.

2.1A influência legislativa internacional nesta seara para o Brasil

No início século XX os países industrializados, utilizavam a mão de obra infantil em condições inseguras. Com o aumento da utilização dessa mão de obra viu-se a necessidade de compor padrões de proteção para esses menores.

Visto a necessidade em 1924 é acordada a Declaração de Genebra, que era formada por 5 (cinco) artigos. Que tinha como objetivo proteger a crianças e que em caso de perigo essa deve ser a primeira a receber ajuda. Anos após essa declaração é instituída no Brasil a Lei de assistência e proteção a menores, que entre seus objetivos proibia o trabalho infantil das crianças até os 11 anos de idade.

Em 1959 a Assembleia Geral das Nações Unidas adota a Declaração dos Direitos da Criança proporcionado aos menores proteção social e o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social.

A Organização Internacional do Trabalho em 1973 determina a idade mínima para trabalhar seus 18 anos de idade, através da Convenção nº 138. O Estado ficaria responsável pela fiscalização de determinada norma.

No final dos anos 80 é adotada pela Assembleia Geral das Nações a Convenção sobre os Direitos da Criança, nela são elencados que todo ser humano com menos de 18 anos de idade é considerado criança, que toda criança tem o direito inerente à vida, além do dever dos Estados integrantes de assegurar a sobrevivência e desenvolvimento dos menores e os deveres e direitos dos pais e/ou responsáveis sobre as crianças.

2.2O direito da criança e adolescente na Constituição de 1988

A Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB, também conhecida como Constituição Cidadã, trouxe com ela direitos e garantias fundamentais. A Carta Magna ainda tem como objetivo promover o bem de todos e afirma que todos são iguais perante a lei. E ser igual significa, dar tratamento isonômico às partes e tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades. (NERY JUNIOR, 1999, pág. 42).

Como é notório as crianças e adolescentes estão em fase de construção, é exatamente nesse período da vida que é formado o caráter. Dessa forma é imprescindível elas terem garantias de qualidade de vida, tornado assim seu desenvolvimento pessoal e enquanto parte da sociedade possível.

Sendo assim o texto constitucional traz em seu corpo a responsabilidade de atuar na defesa das crianças, em quanto cidadãs, conforme o artigo 227:

“Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

A convivência familiar é trazida como direito fundamental para as crianças e adolescentes e em contra partida é necessário apartar as negligências, violência tanto física quanto psicologia e opressão, que tantos jovens no Brasil sofrem. Aqui também surge o princípio da prioridade absoluta.

Tornando todos como agente ativo na proteção integral das crianças e adolescentes, abrindo assim o caminho pra o Estatuto da criança e do adolescente dois após sua promulgação.

2.30 direito de crianças e adolescentes na Lei 8.069/90

A Lei nº 8.069/90, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, materializa o comando constitucional de oferecer a absoluta prioridade aos direitos e garantias fundamentais infante juvenis, além de disciplinar especificamente os direitos e deveres da sociedade, Estado e família na educação das crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, considera em seu artigo 2º que criança é dos 0 (zero) aos 12 (doze) anos incompletos e adolescente é dos 12 (doze) anos completos e 18 (dezoito) anos.

Sabe-se que a idade dos 12 anos é o período que o ser humano passa da fase criança para a adolescência, por fatores biológicos e evolução de capacidade cognitiva. Dos 0 aos 12 anos é o período fundamental pra a criança ser desenvolver como ser humano, pode-se perceber que é a fase da imitação, ele reproduz o que observa.

Por isso alguns autores entendem essa separação de fases, pois no entendimento de Ishida (2011, pág. 4) “a doutrina da proteção integral e o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente acabam necessariamente incluindo também o nascituro¹ dentro dessa proteção”. Em contrapartida Nogueira (1991, pág. 9) acredita que fixação do início da adolescência pelo Estatuto, aos 12 anos completos, principalmente para responder por ato infracional, pelo processo contraditório com ampla defesa, não deixa, salvo melhor juízo, de ser uma temeridade, pois aos 12 anos a pessoa ainda é criança.

A Carta magna brasileira em seu artigo 228, torna penalmente inimputável os menores de 18 anos, deixando a responsabilidade do ECA em aplicar as medidas Socioeducativas aos adolescentes, que se encontra no artigo 112, I ao VII.

Diferente do seu antecessor a Lei nº 6.697/73 (Código de Menores) que apontava principalmente os jovens em situação irregular, que eram vistos como objeto de tutela do Estado, a Lei nº 8.069/90 vem ao encontro de proteger integralmente os direitos de todas as crianças e adolescentes.

A proteção integral é compreender que as crianças e adolescentes são cidadãos com todas as garantias e deveres, mas o que difere de cidadãos adultos são

¹ É o ser humano concebido, mas ainda não nascido.

que eles ainda estão em construção física e psicológica, por isso se deve priorizar as necessidades infanto juvenis.

Esse estatuto é guiado por princípios, destacando-se: princípio do melhor interesse; princípio da prioridade absoluta; princípio da municipalização; princípio da brevidade. (MENDONÇA, 2019)

Posto isso, o ECA é o instrumento que organiza as normas para assegurar os direitos tutelados por esses jovens como a educação, lazer, proteção contra negligências e saúde. Outro direito que a Lei nº 8.069/90 é criação e educação da criança e do adolescente no seio familiar e a convivência familiar, conforme o artigo 19.

2.3.1 Os princípios do melhor interesse e da prioridade absoluta para nortear a tutela das crianças e adolescentes

Como já mencionado o Estatuto da Criança e do Adolescente é constituído de princípios e regras que ordenam os direitos infanto juvenis. E para essa pesquisa irá nortear-se pelos princípios do melhor interesse e prioridade absoluta, objetos de estudos desse trabalho.

O princípio do melhor interesse advém do termo em inglês *parens patriae*² para proteger o indivíduo que não tinha capacidade. No Brasil esse princípio aparece na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 227 e no Estatuto da Criança e Adolescente nos artigos 3º, 4º e 5º.

O melhor interesse deve ser utilizado para a criação das leis, normas e execução dessas quando forem aplicadas. Ele ainda deve ser aplicado quando houver um conflito de interesse, que conforme Marcelo Truzzi Otero – em conflitos de idêntica grandeza, os da criança desfrutarão de primazia³.

Além disso esse princípio visa que as crianças e adolescentes que estão na fase de construção se tornem adultos capazes de se tornarem parte capaz da sociedade.

²Termo utilizado na Inglaterra da Coroa afim de proteger aqueles que não podiam fazê-lo por conta própria.

³ OTERO, Marcelo Truzzi. Contratação da barriga de aluguel gratuito e onerosa: legalidade, efeitos e o melhor interesse da criança. Direito e Sociedade. Revista de Estudos Jurídicos e Interdisciplinares. Catanduva: Faculdades Integradas Padre Albino, v. 5, n. 1, 2010, pág. 165.

“Deve-se ressaltar que, a cada dia, cada criança e cada adolescente caminham na direção de sua plena capacidade, sendo que, conforme se desenvolvem, devem passar a participar de forma mais ativa das decisões sobre suas vidas.” (COLLUCCI, 2014, pág. 29).

O princípio do melhor interesse da criança destaca que as decisões e ações relacionadas às crianças devem ser tomadas considerando-se o que é mais benéfico para elas, levando em conta sua segurança, bem-estar físico, emocional e psicológico, desenvolvimento saudável e direitos fundamentais. Ele ressalta que a proteção e o interesse da criança devem prevalecer sobre qualquer outro interesse, como o dos pais, familiares ou instituições.

Essa abordagem enfatiza a responsabilidade coletiva de garantir que crianças e adolescentes sejam protegidos e tenham suas necessidades atendidas. Isso inclui o acesso a cuidados de saúde, educação de qualidade, moradia adequada, alimentação nutritiva, proteção contra abuso, exploração e qualquer forma de violência. Além disso, busca-se promover a participação ativa das crianças em decisões que afetam suas vidas, considerando sua capacidade de compreensão e expressão.

Portanto, o princípio do melhor interesse da criança tem como objetivo central proteger e promover o bem-estar das crianças e adolescentes, reconhecendo que eles estão em processo de formação e que seu desenvolvimento saudável depende de um ambiente seguro e acolhedor.

Assim como o princípio do melhor interesse da criança, reconhece-se que crianças e adolescentes estão em desenvolvimento e precisam de proteção e cuidado adequados. Esse princípio é amplamente adotado em diferentes contextos legais e sociais, como o direito da família, a legislação sobre crianças e adolescentes e a Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas.

Não se pode tratar sobre o Melhor Interesse sem tratar sobre a Prioridade absoluta, são princípios que estão intrinsecamente ligados e mencionar um é ter que obrigatoriamente mencionar o outro.

O princípio da prioridade absoluta é estabelecido na Constituição Federal Brasileira e é reforçado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esse princípio determina que os direitos das crianças e dos adolescentes devem ser tratados como prioridade máxima pela família, sociedade e Estado.

No contexto brasileiro, o princípio da prioridade absoluta está previsto no artigo 227 da Constituição Federal, que estabelece que é dever da família, da sociedade e

do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, complementa essa disposição constitucional, estabelecendo uma legislação específica para a proteção dos direitos infantojuvenis. O ECA reforça a necessidade de priorizar os direitos das crianças e dos adolescentes em todas as ações e decisões relacionadas a eles:

“Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.”

Assim, tanto a Constituição quanto o ECA enfatizam que os interesses das crianças e dos adolescentes devem prevalecer sobre quaisquer outros interesses e que eles devem receber atenção especial e proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado. Isso se reflete nas políticas públicas, nas ações judiciais, nas medidas de proteção e na promoção de direitos voltados para esse grupo vulnerável.

2.3.2 Os direitos fundamentais para as crianças e adolescentes em seu estatuto

No Brasil a Constituição Federal de 1988 é clara quando declara que todos são iguais brasileiros ou estrangeiros e que todos tem direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade, direitos esses fundamentais.

Se tratando de direitos fundamentais as crianças e adolescentes tem prioridade em sua execução, resguardado pelo Constituição em seu artigo 227 e materializado pela Lei nº 8.069/90. No artigo 3º do ECA é estabelecido:

“Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. *Parágrafo único.* Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.”

No ECA os principais direitos pra as criança e adolescentes são o direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito e à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, á cultura, ao esporte e ao lazer, á profissionalização e à proteção no trabalho.

Os direitos à vida e à saúde aparecem no Título II, Capítulo I do artigo 7º ao 14 da Lei nº 8.069/90, esses direitos devem ser garantidos através de políticas públicas, esses direitos são garantidos desde de programas e políticas públicas voltados para as mulheres, que vão do planejamento reprodutivo ao puerpério⁴ através do SUS⁵. O Estatuto ainda prevê a semana nacional da Gravidez na Adolescência, que visa reduzir a incidência de gravidez nessa faixa etária, além de também dispor sobre mães submetidas a medida privativa de liberdade, para propiciar as condições adequadas ao aleitamento materno.

As crianças e os adolescentes tem prioridade integral com os cuidados relacionados a saúde, no SUS ou rede particular. Os menores com deficiência devem ser atendidos sem discriminação e sem segregação e serem atendidos de acordo com suas necessidades de saúde. Ainda é dever do poder público fornecer próteses e cuidar da reabilitação das crianças e adolescentes. Além disso é direito infante juvenil quando internado ter a presença de um dos pais ou responsável em tempo integral e de forma digna.

Além do já citado aqui entra os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos as crianças e aos adolescentes, que devem ser denunciados ao concelho tutelar

⁴ Período após o parto até que o organismo da mulher volte às condições normais (pré-gestação).

⁵ Sistema Único de Saúde.

para as devidas providencias. O SUS também deve ter programas de assistencial médico e odontológico para prevenção de enfermidades da população infantil.

Os direitos infanto juvenis também abrangem à liberdade, ao respeito e à dignidade, que estão dispostos no Título II, Capítulo II do artigo 15 ao 18 – B. O ECA vê esses menores como pessoas em desenvolvimento e como detentoras de direitos civis, humanos e sociais.

A família e a sociedade como um todo devem prezar pela integridade física, psíquica e moral estimular a autonomia das crianças e adolescentes. Por esses motivos é dever da família educar e cuidar com carinho e sem castigos físicos ou psicológicos, afim de evitar traumas na fase adulta.

Outro direito fundamental infanto juvenil é o da Convivência Familiar e Comunitária, que está disposto nos artigos 19 a 52 – D do ECA, ao qual assegura que o menor deve ser criado e educado no seio de sua família (consanguínea) e ocasionalmente em uma família substituta.

Para SILVA (2004), a importância da família é fundamental para o bem estar dos menores:

[...] uma vez que é o âmbito privilegiado e primeiro a proporcionar a garantia de sobrevivência a seus integrantes, especialmente aos mais vulneráveis, como crianças, idosos e doentes; o aporte afetivo fundamental para o desenvolvimento infanto-juvenil e para a saúde mental dos indivíduos; a absorção de valores éticos e de conduta; bem como a introdução das crianças na cultura da sociedade em que estão inseridas.”

A família tem papel fundamental para a construção da criança e do adolescente, pois é nela que esse indivíduo cria os primeiros laços afetivos, fazendo que se torne indispensável esse vínculo pra o desenvolvimento sadio desse menor.

E conforme a Convenção das Nações Unidas:

[...] a criança, para o pleno e harmonioso desenvolvimento de sua personalidade, deve crescer no seio de sua família, em um ambiente de felicidade, amor e compreensão.

[...] grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e o bem-estar de todos os seus membros e em particular das crianças.

Esse direito de convivência familiar não é apenas o fato de nascer em uma família, mas a construção, a educação e laços de afeto que fazem a criança e ao adolescente passarem de serem individuais para se tornarem parte da sociedade e de uma cultura, tornando-se cidadãos plenos.

O direito à educação está previsto na constituição no artigo 205, que visa o desenvolvimento pleno da pessoa, para a construção do exercício da cidadania e a qualificação pra o trabalho. Além de estar previsto na Lei nº 8.069/90 nos artigos 53 ao 59.

O Estatuto regulamenta a responsabilidade dos pais e/ou responsáveis, assim como os deveres do Estado, sendo ele a nível nacional, estadual e municipal. A educação deve ter como objetivo primário a construção do ser cidadão e qualificação pra o trabalho, assim como estimular os valores culturais, artísticos e históricos e devem ainda ser oferecido de forma gratuita e respeitando as necessidades especiais de cada criança e adolescente.

Por fim o direito à profissionalização e à proteção no trabalho. O ECA dispõe que menores de 14 anos é proibido, salvo na condição de aprendiz, como já mencionado a Lei de assistência e proteção a menores proibia o trabalho de menores 12 anos, porém aos adolescentes era permitido caso não fosse em condições insalubres, perigosos e trabalhos noturnos, assim como no Estatuto atual da criança e adolescente.

A Lei nº 8.069/90 também estabelece que aos adolescentes que queiram trabalhar é preciso frequentar obrigatoriamente o ensino regular, que a atividade seja compatível com a idade e que tenha horário especial para a atividade.

A realidade no Brasil ainda há muito o que evoluir para alcançar a proteção devida as crianças e adolescentes. Por isso a importância de tratar do assunto, que é objeto de estudo do presente trabalho.

3 HARRY POTTER: o menino que sobreviveu também a um ambiente familiar de vulnerabilidade

Para iniciar esta análise é preciso falar da narrativa do material a ser estudado. Os livros de Harry Potter foram publicados entre os anos de 1997 a 2007 conquistando milhares de fãs pelo mundo, que acompanharam a evolução dos personagens. Além dos livros a franquia de Harry Potter também engloba oito filmes que foram lançados entre os anos de 2001 a 2011.

Na estória os pais de Harry são assassinados quando ele é apenas um bebê. Por isso os amigos dos Potters resgatam o garoto da casa onde seus pais foram mortos e para que Harry tenha uma vida normal, sua guarda é entregue para seus parentes consanguíneos mais próximos, sua tia e o marido dela:

“Sra. Potter era irmã da Sra. Dusley, mas não se viam havia muitos anos; na realidade a Sra. Dusley fingia que não tinha irmã, porque esta e o marido imprestável eram o que havia de menos parecido possível com os Dusley. Eles estremeciam só de pensar o que os vizinhos iriam dizer se os Potter aparecessem na rua.” (J. K. Rowling, 1997, pág. 7).

Petúnia Dusley e Valter Dusley, tem um filho com idade próxima a de Harry. É de se supor que Harry viveria e cresceria em um ambiente familiar saudável, porém o garoto passa 11 anos de sua vida sendo tratado como um empregado e sendo negligenciado como criança.

Nos onze primeiros anos de sua vida Harry viveu na casa de seus tios, dormindo em um armário sob a escada, apesar de ser sobrinho não teve amor, nem afeto e os castigos impostos ao garoto não eram para educar, eram feitos para o humilhar: Vá... armário...Harry...sem comida (J. K. Rowling, 1997, pág. 26).

É de se esperar que com a criação de Harry ele se tornaria uma pessoa cheia de angústias, cicatrizes, amargo. Quem conseguiria crescer sem afeto e assim mesmo se tornar alguém bom? Alguém que luta por seus amigos e seus ideais?

A história do menino que sobreviveu a situação de vulnerabilidade não se trata apenas de recursos financeiros, pois o dinheiro pode comprar muitas coisas importantes, porém dispensáveis. Embora a situação financeira dos tios de Harry seja estável e eles possuíssem bens materiais, isso não garante que o ambiente em que Harry foi criado seja adequado ou proporcione seu bem-estar emocional.

Isso ressalta o fato de que a proteção e o bem-estar de uma criança não se limitam apenas aos recursos materiais, mas também incluem aspectos como amor,

apoio emocional, respeito, segurança e estabilidade afetiva. Mesmo que uma criança tenha acesso a bens materiais, uma boa casa e outros luxos, se ela não receber os cuidados emocionais adequados, seu desenvolvimento e bem-estar podem ser comprometidos.

É importante lembrar que cada criança é única e tem necessidades individuais que vão além dos recursos financeiros. O apoio emocional, a segurança afetiva e o cuidado atencioso são fundamentais para o desenvolvimento saudável de uma criança, independentemente de sua situação financeira.

Isto posto, ao analisar a vida de Harry Potter, é possível identificar temas como abuso, negligência, direito à convivência familiar, direito à educação e proteção contra a violência. A história apresenta um contexto em que Harry enfrenta situações de vulnerabilidade, mas também mostra a importância do apoio, amizade e resiliência na superação dessas adversidades.

3.10 universo de Harry Potter

O universo de Harry Potter é descrito nos sete livros da saga, a estória se passa na Inglaterra mais precisamente em Londres. Harry com 11(onze) anos descobre que é bruxo, descobre ainda que no universo bruxo ele é bem famoso, pois ele sobreviveu ao feitiço *Avadakedavra*⁶.

O primeiro livro da saga – Harry Potter e a Pedra filosofal, o menino descobre que é bruxo em seu aniversário de 11 anos, quando Hagrid aparece na casa de seus tios e o entrega a carta da Escola de Magia e Bruxaria de Hogwarts.

Hogwarts é a melhor escola de magia e bruxaria da Inglaterra, lá é onde Harry faz seus primeiros amigos, Hermione Granger e Rony Weasley, lá ele também conhece o professor Alvo Dumbledore, Minerva McGonagall, Rúbeo Hagrid.

Hermione Granger é uma nascida trouxa, ou seja, seus pais não são bruxos, porém ela nasceu com poderes. Ron Weasley é um bruxo sangue puro, ou seja, toda sua linhagem é bruxa. Neste primeiro livro o responsável pela morte dos pais de Harry retorna enfraquecido, porém pronto para reaver seu poder.

⁶ Feitiço conhecido como a maldição da morte.

O segundo livro da saga Harry Potter e a Câmara secreta, Harry conhece uma referência de família, pois ele vai para a toca, casa de seu amigo Rony. Acontecimentos estranhos estão acometendo os estudantes nascidos trouxas.

Harry fica sendo o principal suspeito dos acontecimentos dos seus colegas e para provar o contrário Harry e seus amigos Rony e Hermione acabam se colocando em perigo. Hermione acaba sendo atacada e com isso Harry e Rony vão procurar salvar sua amiga.

Nessa jornada Harry conhece Dobby o elfo doméstico de um bruxo não muito bom. Harry acaba descobrindo que Voldemort está por trás dos ataques e consegue libertar seus colegas atacados. Nestes livros pode-se perceber que Harry apesar nunca ter tido amigos quando morava com seus tios, os amigos que ele conquistou em sua jornada ele ajudaria sem pensar duas vezes.

No terceiro livro da saga – Harry Potter e o Prisioneiro de Azkaban, o garoto passa alguns meses longe do mundo magico, quando o garoto encontra seus amigos Hermione e Rony descobre com temido assassino Sirius Black fugiu da prisão de Azkaban⁷.

Sirius Black no início da narrativa é descrito como o traidor dos pais de Harry, pois todos pensavam que ele era o fiel do segredo⁸ e tinha entregado a localização da casa dos Potters á Lorde Voldemort. Mas Harry descobre que Sirius não traiu seus pais e que ele é seu padrinho, mesmo com pouco tempo e sem relação de sangue Sirius se mostra como uma referência de paternidade para Harry.

Já no quarto livro dá saga – Harry e o Cálice de fogo, Harry já com 14(quatorze) anos tenta passar por essa fase como qualquer adolescente nesta idade, com a descoberta dos problemas amorosos, amizade, aceitação e rejeição e ele sofre ainda com a fama.

Neste livro acontece o torneio Tribuxo⁹, apenas bruxos com 17 anos ou mais podem participar, porém alguém consegue colocar o nome de Harry no Cálice de Fogo¹⁰ e apesar da regra da idade ele participa do torneio.

⁷ Prisão bruxa da saga.

⁸ É o bruxo designado para esconder um segredo por meio do Feitiço Fidelius. O segredo é incorporado em sua própria alma.

⁹ Campeonato entre as três maiores escolas de magia da Europa e cada escola é representada por um Campeão.

¹⁰ Artefato mágico utilizado para sorteios.

No torneio Harry passa por grandes apuros, além dos problemas com o torneio ele ainda tem que passar pelos problemas pessoais. Na prova final do torneio Harry e outro aluno chamado, Cedrico Diggory, vão parar em um cemitério, lá está o antagonista de Harry, Lorde Voldemort, que retorna forte como há 14 anos.

Voldemort acaba por matar Cedrico com o mesmo feitiço que matou os pais de Harry, Avadakedrava. Harry fica muito abalado com a morte de seu colega. Neste livro percebe-se que Harry é apenas como um garoto comum e apesar da fama do menino que sobreviveu ele é apenas um adolescente.

Os três últimos livros da saga literária devem ser tratados de forma contígua, pois são neles que mostram o amadurecimento dos personagens, em especial do protagonista.

Em Harry Potter e a Ordem da Fênix, o garoto ainda está Londres antes do período letivo de Hogwarts começa, longe do mundo mágico e perto de seus parentes trouxas, onde Harry nunca se sentiu em casa. No início do livro Harry é zombado por seu primo, Duda Dursley, pois Harry ainda tem pesadelos com a morte de Cedrico Diggory, em seguida Harry e Duda são atacados por dementadores¹¹ e para se proteger e proteger o primo ele lança um o feitiço do patrono¹², primo esse que apesar de ter crescido com Harry era de se imaginar que se tornariam amigos, porém sempre o tratou mal.

Por conta Harry ter executado um feitiço na presença de um trouxa e de ser menor de idade¹³, Harry é chamado em uma audiência no Ministério da Magia, para julgar suas ações, a maior preocupação de Harry era ser expulso da Escola que frequentava.

Após a audiência o garoto retorna a Hogwarts, no entanto o Ministério da Magia decide intervir na escola mandando uma alta inquisidora chamada Dolores Umbridge para inspecionar os professores, livros e alunos. Após vários acontecimentos a inquisidora decide punir Harry e sua punição ultrapassa o limite da educação ou da lição, é uma punição corporal como é dito no livro, Repetidamente Harry escreveu as

¹¹ São criaturas das trevas que consomem a alegria humana, criando um ambiente de frio, escuridão, tristeza e desespero.

¹² É um feitiço defensivo que conjura um ser mágico feito de energia positiva que toma a forma de um animal prateado, único para cada bruxo que o lança.

¹³ O Decreto de Restrição à Prática de Magia por menores é uma lei do Ministério da Magia, que proíbe o uso de magia por menores de idade fora da escola.

palavras no pergaminho, não com tinta, como logo veio a perceber, mas com o próprio sangue (J. K. Rowling, 2003, pág. 220).

Mesmo com todas as aflições que vem vivendo Harry ainda tempo para ajudar seus colegas contra a tirania da inquisidora e junto de seus amigos Hermione e Rony criam a Armada de Dumbledore¹⁴, neste ano ainda os alunos do quinto ano escolhem sua carreira e para a surpresa de Dolores Harry escolher ser Auror¹⁵, por ser uma carreira muito difícil e ela duvidar de sua capacidade.

Esta obra ainda traz a profecia perdida:

“Aquele com o poder de vencer o Lorde das Trevas se aproxima... nascido dos que o desafiaram três vezes, nascido ao terminar o sétimo mês... e o Lorde das Trevas o marcará como seu igual, mas ele terá um poder que o Lorde das Trevas desconhece... e um dos dois deverá morrer na mão do outro pois nenhum poderá viver enquanto o outro sobreviver... aquele com o poder de vencer o Lorde das Trevas nascerá quando o sétimo mês terminar...” (J. K. Rowling, 2003, pág. 680).

O intrigante nesta profecia é que ela se tratava necessariamente de Harry, pois dois garotos nasceram no mês de julho, do ano em que Harry nasceu e os pais de ambos eram da Ordem da Fênix. Um dos nascidos era Harry o outro era Neville Longbotton, todavia a maior diferença entre eles era o sangue, Neville era um sangue puro¹⁶ e Harry era um mestiço, porque a mãe dele era uma nascida trouxa. Fazendo que o vilão escolher Harry como o eleito.

“- Mas o senhor disse... Neville nasceu no fim julho também... e a mãe e o pai dele...
- Você está se esquecendo do resto da profecia, do sinal que identifica o menino capaz de vencer Voldemort... o próprio Voldemort o *marcaria como seu igual*. E ele fez isso, Harry. Ele escolheu você, e não Neville. Marcou-o com essa cicatriz que tem provado ser uma bênção e uma maldição.” (J. K. Rowling, 2003, pág. 681).

Neste livro também acontece a perda mais dolorosa de Harry, Sirius Blake seu padrinho, provavelmente a única pessoa que amou Harry da mesma forma que seus pais o amaram morre, deixando assim Harry mais uma vez só e sem carinho.

Já no penúltimo livro da saga – Harry Potter e o Enigma do Príncipe que se debruça na história de Voldemort que tem suas escolhas ao longo da vida,

¹⁴ Organização secreta iniciada por Harry Potter, Hermione Granger e Rony Weasley para ensinar defesa Contra as Artes das Trevas.

¹⁵ Membro da unidade de elite de agentes especializados em investigar crimes relacionados com as Artes das Trevas.

¹⁶ Bruxo que descende apenas de outras bruxas e bruxos

influenciadas por uma infância também com muitos pesares no ambiente familiar, resultado de orfandade e ausência de referências para a construção de caráter, que abordar-se-á no próximo tópico.

Aqui as animosidades juvenis ficam mais claras ainda entre Draco e Harry, o que já era antipatia no primeiro ano neste livro se torna mais evidente por conta das escolhas de cada um dos personagens.

Como parte da jornada é o fim, chega-se ao sétimo e último livro nomeado de Harry Potter e as Relíquias da Morte¹⁷. O ápice da história se aproxima e mesmo tendo passado anos sendo negligenciado pelos seus tios Harry os quer proteger. A casa de seus tios, na qual morou por anos, torna-se a partir daquele momento vulnerável e toda a família se encontra em perigo.

Quando o bruxo completa 17 anos, maior idade no contexto histórico em questão, o feitiço de proteção se desfaz e os Dursley correm perigo. O tio pensa que é apenas uma armação para Harry ficar com a casa, entretanto o garoto explica os perigosos ao qual a família pode enfrentar.

Por fim o enredo se encerra contando como Harry está 19 anos depois, casado e com três filhos, apesar dos acontecimentos e da infância sem carinho maternal e paternal, torna-se um adulto amoroso e cuidadoso com seus filhos.

Sintetizar mais de 3000 páginas em poucos parágrafos é uma empreitada complicada, ainda mais com tantos detalhes e elementos tão importantes para este trabalho. Contudo pode-se perceber que as ideias do protagonista nunca mudaram apenas se aperfeiçoaram, a lealdade, a amizade, a humanidade de Harry sempre foram suas características.

3.2 Um breve panorama de suas histórias

Após tantas informações serem expostas de como foi a infância e adolescência de Harry, faz-se necessário distinguir as diferentes formações de alguns outros personagens dos livros e de como foram suas criações.

A série literária de Harry Potter, apesar de ser um mundo ficcional apresenta a realidade e a humanidade que é necessário para redigir este trabalho, a construção social e jurídica dos personagens, em especial ao personagem a ser analisado, torna

¹⁷ São três itens mágicos de grande poder e que teriam sido criados pela própria morte, são eles: a capa da invisibilidade, a pedra da ressurreição e a varinha das varinhas.

o mundo fictício tão semelhante com a realidade fazendo com que o estudo seja realizado.

Não é possível falar do menino que sobreviveu sem mencionar seus grandes amigos Hermione e Rony, muitas páginas na internet discutem esses pormenores e dizem que o garoto não chegaria nem na metade do primeiro livro se ele não tivesse a ajuda de seus amigos (FRANCISCO, 2019. Pág. 24).

Rony Weasley foi o primeiro amigo que Harry fez em sua vida, os dois se conheceram na plataforma 9^{3/4}¹⁸, junto com Rony estavam três irmãos e sua mãe, eles ajudaram Harry a chegar na plataforma.

A família de Rony era composta de seis irmãos e seus pais. Os Weasleys eram uma família pobre, mas cheia de amor e carinho. Sendo Rony o mais novo dos irmãos homens sempre utilizou vestes de segunda mão assim como os livros escolares.

A primeira impressão de ambos os unira, para Rony – Harry era o menino que sobreviveu e para Harry – Rony era o garoto que vinha de uma linhagem genuinamente bruxa:

- Você é Harry Potter mesmo? – Rony deixou escapar.
 - Harry confirmou com a cabeça.
 - Ah, bom, pensei que fosse uma brincadeira do Fred e do Jorge. E você tem mesmo... sabe...
 - Apontou para a testa de Harry.
 - Harry afastou a franja para mostrar a cicatriz em forma de raio. Rony olhou.
 - [...]
 - Todos na sua família são bruxos? – perguntou Harry, que achava Rony tão interessante quanto Rony o achava.
 - Hum...são, acho que sim. Acho que mamãe tem um primo em segundo grau que é contador, mas ninguém nunca fala nele.
 - Então você já deve saber muitas mágicas.
 - [...]
 - Ouvi dizer que você foi viver com os trouxas. Como é que eles são?
 - Horríveis... bom, nem todos. Mas minha tia e meu tio e meu primo são, eu gostaria de ter tido três irmãos bruxos.
- (J. K. Rowling, 1997, pág. 75).

Ao contrário da família em que Harry viveu sua infância, os Weasley eram numerosos e pobres, mas tinham o que o que Harry não teve o carinho e compreensão dos cuidados paternos e maternos.

Outra grande amiga de Harry é Hermione, diferente de Rony que é sangue puro e cresceu no mundo bruxo. Ela é uma nascida trouxa e foi criada no mundo sem

¹⁸ Passagem secreta utilizada pelos bruxos para pegar o Hogwarts Express.

magia, contudo quando recebe a carta de Hogwarts logo começa a se dedicar aos estudos bruxos.

A primeira vez que viu os dois garotos foi no Expresso Hogwarts, quando Rony tenta fazer um feitiço, porém sem sucesso:

[...]

- Você está fazendo mágicas? Quero ver.

Sentou-se. Rony pareceu desconcertado.

- Hum... está bem.

Pigarreou.

- Sol, margaridas, amarelo maduro, muda para a amarelo esse rato velho burro.

Ele agitou a varinha, mas nada aconteceu.

[...]

-Bem, não é muito bom, né? Experimentei uns feitiços simples só para praticar e deram certo. Ninguém da minha família é bruxo [...] (J. K. Rowling, 1997, pág. 80).

A garota se mostra autêntica desde o primeiro aparecimento e não abater por ser a primeira bruxa de sua família. Entretanto como toda criança/ adolescente ela tem seus momentos de insegurança e uma dessas circunstâncias se passa logo no primeiro livro quando ela tenta ajudar Rony na aula de feitiço, mas ele a chama de pesadelo, por esse episódio ela se tranca no banheiro, onde fica em perigo, pois um trasgo montanhês¹⁹ invade a escola. Neste momento Harry e Rony vão ao banheiro para salvar Hermione. É neste momento que o trio de amigos se forma.

É plausível afirmar que em seus dois amigos Harry pela primeira vez na vida soube de fato o que era ser família. Nos 11 anos em que Harry conviveu com seus tios e seu primo, ele nunca alcançou os laços que em dia formou com seus amigos.

Outro personagem que é importante mencionar é Tom Riddle, mais conhecido como Lorde Voldemort, assim como Harry ele era um bruxo mestiço e órfão. O pai de Riddle abandonou sua mãe assim que ela ficou grávida e após ela dá à luz a Riddle ela faleceu.

Dessa forma ele cresceu em orfanato trouxa e com a mesma idade de Harry foi estudar em Hogwarts. A família materna era bruxa e seu avô odiava os trouxas, sendo assim ele era odiado por ser mestiço. Seu pai também se chamava Tom Riddle e era trouxa.

¹⁹ O trasgo montanhês é uma criatura que pertence exclusivamente ao mundo escrito por J. K. Rowling. De acordo com o bestário *Fantastic Beasts and Where to Find Them*, esta raça de trasgo é maior e mais violeta do que um trasgo comum. Durante a festa de dia das bruxas, um trasgo montanhês entra na escola e quase ataca Hermione, que é salva a tempo por Harry e Rony.

Riddle sabendo que foi rejeitado por seu pai aos 16 anos abandona seu nome trouxa e se auto proclama Lorde Voldermort, o bruxo das trevas mais poderoso que já existiu.

Assim, o contexto ora apresentado se revela oportuno para a realização de uma análise de como a fase da construção de caráter molda a fase adulta, conforme se explora no capítulo seguinte deste trabalho.

4. HARRY: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DE SUA ADOLESCÊNCIA À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA PRIORIDADE ABSOLUTA E MELHOR INTERESSE

Como já mencionado a literatura, em especial a saga de Harry Potter, é importante pra debater temas de interesse social, como no trabalho em tela os direitos das crianças e adolescentes. Por meio da história contada o fictício e real se entrelaçam, fazendo com que o tema abordado através da semelhança entre os dois mundos seja difunda mais espontaneamente.

A obra literária em tela, ao discutir os supramencionados temas, possibilita profundas meditações sociais e jurídicas acerca dos acontecimentos que contornam a vida em sociedade. Além disso a história se desenvolve na construção dos personagens, mostrando como suas escolhas e sua criação na fase infante juvenil pode ter influência na fase adulta.

A partir disso e dos conceitos trabalhados nos capítulos anteriores, o presente item deste trabalho se debruçará sobre o papel da família, da sociedade e do Estado em relação aos cuidados com as crianças.

Ao ponderar a trajetória de Harry à luz dos princípios do ECA, é possível perceber a importância de oferecer proteção, respeitar os direitos e promover o desenvolvimento saudável. Este trabalho visa promover uma reflexão sobre a necessidade de garantir um ambiente seguro, acolhedor e propício ao crescimento e ao desenvolvimento de crianças e adolescentes em todas as esferas da sociedade.

4.1 O direito da família sobre a tutela do menor em contraste ao princípio da prioridade e melhor interesse

O direito da família sobre a tutela do menor baseia-se na concepção de que a família é a principal instituição responsável pelo cuidado, proteção e educação das crianças. Essa visão tem raízes históricas e culturais em diversas sociedades ao redor do mundo. A família desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e bem-estar das crianças. Historicamente, é na família que as crianças encontram proteção, amor, suporte emocional e orientação. A família é responsável por suprir as necessidades básicas das crianças, como alimentação, moradia e cuidados de saúde.

Além disso, ela desempenha um papel central na transmissão de valores, normas sociais e na formação da identidade das crianças.

No caso específico de Harry Potter, de acordo com a história fictícia, seus tios, Petúnia e Válter Dursley, eram os detentores legais da tutela dele após a morte de seus pais. No entanto, eles não o protegeram e ainda o trataram de maneira abusiva e negligente. Isso é retratado na série de livros e filmes de Harry Potter.

Aqui entram os princípios do melhor interesse e da prioridade absoluta, que por sua vez, coloca o foco principal na proteção e no bem estar do infante. Esses princípios são amplamente aceitos internacionalmente e visam assegurar que as crianças sejam tratadas como sujeitos de direitos, levando em conta sua vulnerabilidade e necessidades específicas. Eles são baseados na compreensão de que as crianças estão em um período crucial de desenvolvimento e têm o direito de crescer em um ambiente seguro, saudável e estimulante, onde suas necessidades físicas, emocionais, sociais e educacionais sejam atendidas de forma adequada.

Por isso, ao aplicar os princípios do melhor interesse da criança e da prioridade absoluta, busca-se garantir que as decisões e ações relacionadas às crianças sejam tomadas considerando-se seu benefício e proteção, com foco em seu desenvolvimento integral e garantia de seus direitos fundamentais.

Embora em muitos casos o direito da família sobre a tutela do menor e o princípio da prioridade e do melhor interesse estejam acomodados, pode haver situações em que esses princípios entrem em contraste. Por exemplo, é o que acontece com Harry os tios não forneceram um ambiente saudável para o garoto e até mesmo houve abuso e negligência. Caso acontecesse na realidade o princípio da prioridade absoluta e do melhor interesse poderiam exigir que a tutela fosse fornecida para outra pessoa competente do menor. Nesses casos, os tribunais geralmente intervêm para garantir que o bem-estar da criança esteja protegido.

No caso de Harry Potter, embora seus tios fossem os detentores legais de sua tutela, o tratamento negligente e prejudicial que ele sofreu foi considerado contrário ao seu interesse superior. Outros personagens, como o diretor de Hogwarts, Alvo Dumbledore, e os amigos de Harry, reconheceram a importância de garantir um ambiente seguro e protetor para ele, e agiram de acordo com o interesse de Harry.

Essas ações mostram que, mesmo que uma família detenha a tutela legal de uma criança, se o tratamento que ela recebe vai contra o melhor interesse, é necessário que outras pessoas intervenham para protegê-la. É papel de adultos

responsáveis, como educadores, autoridades e membros da comunidade, agir em defesa da criança e garantir que ela esteja em um ambiente seguro e propício para seu desenvolvimento saudável.

Em suma, embora o direito da família de Harry Potter sobre a tutela dele seja importante e reconhecida, o princípio da prioridade e melhor interesse também desempenha um papel crucial na proteção do menino. Em situações como está em que o bem-estar de Harry está em risco, o interesse do menino deve prevalecer sobre os direitos da família, visando garantir um ambiente seguro e propício para o seu desenvolvimento saudável.

4.2 Os “cuidados” dispensados pelos tios de Harry ponderados na perspectiva dos princípios da Prioridade absoluta e melhor interesse

Os cuidados dos tios de Harry podem ser analisados através dos princípios em tela. O princípio da prioridade absoluta estabelece que, em todas as decisões relacionadas às crianças, seus interesses devem ser uma consideração primordial. Isso significa que todas as ações e decisões devem ser tomadas visando o bem-estar, a segurança e o desenvolvimento saudável da criança.

Quando se trata dos tios de Harry, é importante avaliar se eles estão realmente priorizando o bem-estar e o melhor interesse dele. Isso envolve proporcionar um ambiente seguro, amoroso e estável, bem como atender às suas necessidades básicas, como alimentação adequada, educação, cuidados de saúde e apoio emocional.

O princípio do melhor interesse da criança vai além da simples satisfação das necessidades básicas e abrange uma série de considerações mais amplas para garantir o seu bem-estar integral.

Além das necessidades básicas, como alimentação, moradia e cuidados de saúde, o interesse superior da criança também envolve a manutenção de vínculos familiares saudáveis e contínuos. Isso significa que é importante considerar o impacto emocional e psicológico da separação de um ambiente familiar estável e o papel dos vínculos afetivos na vida da criança.

Da mesma forma, garantir acesso a uma educação adequada é uma parte essencial do interesse superior da criança. Isso envolve não apenas a oportunidade

de frequentar uma escola, mas também receber uma educação de qualidade que estimule o desenvolvimento cognitivo, social e emocional da criança.

A estabilidade emocional também é um fator crucial. As crianças precisam de um ambiente estável e seguro para crescer e se desenvolver adequadamente. Isso envolve minimizar situações de instabilidade, como mudanças frequentes de residência ou exposição a conflitos familiares prejudiciais.

Além disso, a participação em atividades apropriadas para sua faixa etária é importante para o desenvolvimento da criança. Isso pode incluir oportunidades de brincar, interagir com outras crianças, explorar seus interesses e desenvolver habilidades específicas.

Já o princípio da prioridade reconhece que as crianças são seres humanos em desenvolvimento e, portanto, são particularmente vulneráveis e dependentes de cuidados e proteção. Ele ressalta que a sociedade, a família e o Estado têm a responsabilidade de garantir a proteção integral das crianças, colocando seus interesses e necessidades acima de qualquer outra consideração.

Ao aplicar o princípio da prioridade absoluta, deve-se levar em conta a urgência de tomar medidas imediatas para proteger as crianças em situações de risco, abuso, negligência ou qualquer forma de violação de seus direitos. Isso pode envolver ações como intervenção judicial, remoção temporária ou permanente da criança de um ambiente prejudicial, fornecimento de cuidados alternativos seguros e apoio para a sua recuperação e desenvolvimento.

É importante ressaltar que o princípio da prioridade absoluta não significa que os direitos das crianças sempre prevalecerão sobre outros interesses legítimos, como o direito dos pais à autonomia ou a tomada de decisões familiares. No entanto, em casos de conflito, o interesse superior da criança deve ser levado em consideração e receber prioridade significativa na busca de uma solução que atenda ao seu bem-estar e direitos.

Os tios de Harry demonstraram claramente uma falta de afeto, cuidado e respeito por ele. Eles o trataram de forma cruel e desumanizante, restringindo sua liberdade e submetendo-se a abuso verbal e emocional. Harry foi forçado a viver em um armário pequeno e não teve acesso adequado a uma educação apropriada e a um ambiente saudável.

Além disso, os tios de Harry tentaram suprimir sua identidade mágica e esconder o mundo bruxo, privando-o do conhecimento sobre sua herança e da

oportunidade de desenvolver suas habilidades mágicas. Essas ações vão contra o princípio do Melhor Interesse da criança, que visa garantir que as decisões tomadas em relação à criança sejam feitas com base no que é melhor para ela a longo prazo.

Os tios de Harry não levaram em consideração o bem-estar emocional, psicológico e social dele, negando-lhe a oportunidade de se relacionar com suas origens bruxas e de se sentir amado e apoiado. Eles também falharam em protegê-lo de situações abusivas e prejudiciais, como permitir e apoiar o primo Duda a fazer bullying com o menino.

Portanto, sob a perspectiva dos princípios da Prioridade Absoluta e Melhor Interesse do Estatuto da Criança e do Adolescente, os cuidados dispensados pelos tios de Harry Potter foram inadequados e prejudiciais para seu bem-estar e desenvolvimento saudável.

Por outro lado, em contraste com os cuidados negligentes e prejudiciais dos tios de Harry, Sirius Black, padrinho de Harry Potter, desempenhou um papel crucial no fornecimento de amor e apoio paterno ao longo da história.

Sirius era um dos melhores amigos dos pais de Harry e tinha um vínculo afetivo profundo com a família. Apesar das circunstâncias adversas, ele estava disposto a assumir a responsabilidade de cuidar de Harry como seu padrinho legalmente nomeado, o que demonstrava seu compromisso e dedicação ao bem-estar do menino.

Sirius ofereceu a Harry um ambiente seguro e acolhedor em sua casa:

“[...] – É. Mas eu também sou, não se alguém lhe disse, eu sou seu padrinho.
 - Eu soube – disse Harry.
 - Bem...os seus pais me nomearam seu tutor – disse Black formalmente.
 - Se alguma coisa acontece a eles...
 Harry esperou. Será que Black queria dizer o que ele achava que queria?
 - Naturalmente, eu vou compreender se você quiser ficar com seus tios – disse Black. – Mas...bem...pense nisso. Depois que o meu nome estiver limpo... se você quiser uma...uma casa diferente...
 Uma espécie de explosão ocorreu no fundo do estômago de Harry.
 - Quê, morar com você? – perguntou, batendo a cabeça, sem querer, numa pedra saliente no teto. – Deixar a casa dos Dursley?
 - Claro, achei que você não ia querer – disse Black apressadamente. – Eu compreendo, só pensei...
 - Você ficou maluco? – disse Harry, com a voz quase tão rouca quanto a de Black. – Claro que eu quero deixar a casa dos Dursley! Você tem casa? Quando é que eu posso me mudar? [...] (ROWLING, 1999, pág. 278).

Ele forneceu a Harry não apenas um lugar físico para chamar de lar, mas também um espaço onde ele poderia ser ele mesmo e sentir-se valorizado e amado. Sirius se esforçou para criar um ambiente familiar, oferecendo apoio emocional,

compartilhando histórias sobre seus pais e proporcionando uma conexão com sua herança e identidade mágica.

Além disso, Sirius desempenhou um papel importante na proteção de Harry contra ameaças e perigos. Ele se envolveu ativamente na luta contra Voldemort e seus seguidores, arriscando sua própria vida para garantir a segurança de Harry. Esse compromisso demonstra claramente sua preocupação com o bem-estar e a proteção de Harry, colocando-o em primeiro lugar. A presença de Sirius na vida de Harry proporcionou um senso de segurança, apoio emocional e um exemplo de coragem e determinação. Sirius desempenhou um papel crucial ao ajudar Harry a enfrentar os perigos e desafios que ele enfrentou ao longo da série de livros e filmes.

É importante destacar que o amor paterno fornecido por Sirius não se limitava apenas a um sentimento emocional, mas também envolvia ações práticas e decisões que visavam garantir o melhor interesse de Harry. Ele desempenhou um papel fundamental na formação e no desenvolvimento de Harry como bruxo e como pessoa, ajudando-o a entender sua herança e a desenvolver suas habilidades mágicas.

Portanto, em atenção aos cuidados negligentes dos tios de Harry, Sirius Black desempenhou um papel significativo como figura paterna, fornecendo amor, apoio emocional, proteção e orientação, demonstrando um compromisso inabalável com o bem-estar de Harry e atendimento aos princípios da Prioridade Absoluta e Melhor Interesse do Estatuto da Criança e do Adolescente.

4.3O papel de Hogwarts e do Ministério da Magia na defesa dos direitos de Harry comparados ao sistema de proteção prevista na Lei 8.069/90

Hogwarts, é a escola de magia e bruxaria frequentada por Harry Potter e outros jovens bruxos, a instituição é responsável por educar e treinar os estudantes. Já o Ministério da Magia é o órgão governamental responsável por regular e manter a ordem no mundo mágico, ele se assemelha ao sistema jurídico garantindo a aplicação das leis mágicas e protegendo a sociedade bruxa. Ambas instituições desempenham papéis importantes na proteção e defesa dos direitos de Harry Potter, assim como a Lei nº 8.069/90 desempenha essa tarefa nos direitos das crianças e adolescentes.

Assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê os direitos à dignidade, ao respeito, a saúde, a convivência familiar e comunitária, à educação, à vida e à saúde o Universo fictício em tela também garante a execução desses direitos.

No caso de Harry, a casa de seus tios não proporcionava um ambiente propício para ele desfrutar desses direitos, pois ele era tratado como um empregado e não tinha o direito de brincar, se divertir ou praticar esportes. Contudo na escola de Hogwarts, o garoto encontrou um ambiente acolhedor e estimulante, apesar de Harry ter passado por diversas vezes perto do perigo lá era oferecido amplas medidas de segurança, como os professores que eram mestres em suas áreas, os monitores e os feitiços de proteção. Além de oferecer uma educação com uma ampla gama de conhecimento e compreender melhor o mundo no qual ele vivia.

Estatuto da Criança e do Adolescente como já mencionado visa proteger os infantes de situações degradantes e humilhantes, também visa preparar esse menor para situações de seu futuro. É garantido ao menor seu ir e vir em lugares públicos e comunitários, com a permissão dos responsáveis, como quando Harry precisava da permissão dos seus tios para ir a Hogsmeade²⁰, porém não há teve de seus tios e ficou barrado de visitar o lugar.

Assim como é garantindo no Estatuto as práticas de esportes e simplesmente brincar ou divertir, Harry na casa de seus tios como já é sabido não tinha esse direito garantido, ao contrário da Escola que se divertia com seus amigos e praticava Quadribol²¹, esporte esse que era praticado por seu pai quando foi aluno de Hogwarts. A intuição mágica de ensino era para o garoto um local de refúgio, auxílio e orientação, lá Harry encontro um ambiente acolhedor e seguro.

Hogwarts ofereceu a Harry a oportunidade de desenvolver suas habilidades mágicas e descobrir seu verdadeiro potencial como bruxo, assim como a Lei nº 8.069/90 em seu artigo 53, caput, garante uma educação de qualidade visando seu pleno desenvolvimento como pessoa e o preparando para o exercício pleno de sua cidadania, assim como para o mercado de trabalho. Em Hogwarts ele recebeu treinamento em diversas disciplinas, participou de atividades extracurriculares, teve acesso a recursos valiosos na biblioteca e em outras partes da escola, como Sala Precisa²², local esse que foi criado o grupo nomeado Armada de Dumbledore liderado por Harry, que tinha como objetivo ensinar seus colegas a se deferem contra as artes

²⁰ Aldeia próxima da Escola Hogwarts, na qual os alunos do 3º ano têm permissão para ir aos fins de semana, com a permissão do guardião legal.

²¹ Esporte criado apenas no Universo Fictício de Harry Potter, no qual é praticado por bruxos. Consiste em um esporte aéreo que se joga sentado em uma vassoura e tem o objetivo de acertar bolas nos aros do time oposto.

²² Local em Hogwarts que aparece quando alguém precisa muito e contém aquilo que a pessoa precisa naquele momento.

das trevas, demonstra sua capacidade de se envolver ativamente na comunidade escolar e de exercer sua voz e influência para promover mudanças positivas. Isso reflete seu desenvolvimento como cidadão consciente e engajado, participando assim da vida política.

Apesar dos perigos e ameaças que Harry sentiu durante sua estadia em Hogwarts, a escola sempre foi um lugar onde ele se sentiu em casa, onde encontrou apoio, amizade e orientação dos professores e colegas. Foi o local que se tornou parte de um grupo, proporcionou a Harry encontrar um senso de pertencimento. A experiência em Hogwarts desempenhou um papel fundamental na formação de Harry como bruxo e na sua jornada para enfrentar o Lorde das Trevas, Voldemort.

Já o Ministério da Magia desempenhou um papel importante na defesa dos direitos fundamentais de Harry Potter. Como órgão responsável pela governança e regulamentação do mundo mágico, o Ministério tinha a responsabilidade de garantir a segurança e o bem-estar dos bruxos, incluindo Harry, assim como o sistema legislativo e judiciário tem influência na criação e execução das normas de proteção infantil.

Em várias ocasiões ao longo da história, o Ministério da Magia agiu para proteger Harry e os demais bruxos contra ameaças, como Voldemort e seus seguidores. Eles implementaram medidas de segurança, como a proteção de Hogwarts e a implementação de leis e regulamentos para prevenir a propagação do mal e a violação dos direitos dos bruxos.

Assim como as autoridades brasileiras têm o dever de garantir o acesso à educação adequada para todas as crianças e adolescentes, o Ministério da Magia tinha a responsabilidade de assegurar que Harry Potter tivesse acesso a uma educação mágica adequada em Hogwarts. A educação é um direito fundamental de todas as crianças e adolescentes, independentemente de serem bruxos ou não.

O Ministério da Magia tinha a responsabilidade de supervisionar o funcionamento de Hogwarts, garantindo que os padrões educacionais fossem cumpridos, que os professores fossem qualificados e que os alunos tivessem acesso a recursos e oportunidades de aprendizado adequados.

Além da educação formal, o Ministério também deveria assegurar que Harry e outros estudantes tivessem oportunidades de desenvolvimento em outras áreas, como esportes mágicos, atividades extracurriculares e a participação em eventos e competições mágicas.

Ao fornecer uma educação mágica adequada e oportunidades de desenvolvimento, o Ministério da Magia contribuiu para o crescimento e o pleno potencial de Harry como bruxo, preparando-o para os desafios que ele enfrentaria e para o seu papel na luta contra as forças das trevas.

É importante destacar que, assim como em qualquer sistema educacional, o Ministério da Magia também enfrentou desafios e críticas em relação à qualidade da educação e às políticas educacionais. No entanto, a ideia fundamental é que o Ministério tinha o dever de garantir o acesso de a uma educação mágica adequada, a fim de promover seu desenvolvimento e prepará-los para a vida no mundo mágico.

Assim como qualquer sistema governamental ou judiciário, o Ministério da Magia a realidade literária também enfrentou desafios e controvérsias em relação à proteção dos direitos fundamentais dos bruxos.

Ao longo da história, o Ministério da Magia nem sempre agiu de forma eficaz na identificação e combate de ameaças em potencial. Houve momentos em que as ações do Ministério foram influenciadas por interesses políticos, corrupção e falta de diligência, resultando em consequências negativas para Harry e outros.

Por exemplo, no quinto livro da série, "Harry Potter e a Ordem da Fênix", o Ministério da Magia negou a existência do retorno de Voldemort, ignorando os avisos de Harry e seus aliados. Isso levou a uma negação generalizada da ameaça e à falta de medidas adequadas de proteção, colocando em risco a segurança dos bruxos e bruxas.

Além disso, o Ministério também foi retratado como tendo uma abordagem burocrática e inflexível em relação a certas políticas, como a restrição de direitos individuais e a imposição de regulamentos rígidos que limitavam a liberdade dos bruxos.

Essas controvérsias e falhas no funcionamento do Ministério da Magia são uma representação da imperfeição e dos desafios enfrentados por qualquer sistema governamental na proteção dos direitos fundamentais. É importante reconhecer essas questões e trabalhar para aprimorar e fortalecer os mecanismos de proteção e defesa dos direitos, tanto no mundo de Harry Potter quanto no mundo real.

O Ministério da Magia no mundo de Harry Potter, assim como o governo brasileiro, tem a função primordial de proteger e defender os direitos de todos. Apesar dos desafios enfrentados, é inegável que o Ministério desempenhou um papel essencial na garantia dos direitos fundamentais de Harry Potter e dos demais bruxos.

No Brasil, assim como em outros governos, é esperado que os poderes públicos cumpram seu papel na proteção e defesa dos direitos dos cidadãos. Eles devem promover leis e políticas que garantam a igualdade, a justiça e o respeito aos direitos fundamentais, proporcionando um ambiente seguro e propício para o desenvolvimento pleno de cada indivíduo.

No entanto, é importante ressaltar que nenhum sistema governamental é perfeito, e sempre existem desafios e questões a serem enfrentados. É essencial que os governos e as instituições estejam abertos ao diálogo, à revisão e à melhoria contínua de suas práticas, a fim de proteger e promover de forma efetiva os direitos de todos os indivíduos, em especial os direitos das crianças e adolescentes, seja no mundo mágico de Harry Potter ou na realidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho estudou – se a importância dos princípios do melhor interesse e da prioridade absoluta sob a perspectiva da construção socio jurídica de Harry Potter.

O Estado, a sociedade e a família têm o dever de proteger e garantir o melhor interesse da criança e adolescente, mesmo que isso signifique interferir na autoridade da família. No Universo fictício de Harry Potter, encontram-se exemplos claros dos princípios em estudo.

Como já sabido Harry, é órfão e tem como pais adotivos os Dursley, que o trataram de maneira abusiva e negligente. Nesse caso, o Estado falhou inicialmente ao não garantir a proteção do garoto quando ele era apenas uma criança. Entretanto, quando Harry descobre que é um bruxo e entra para a Escola de magia e bruxaria de Hogwarts, o Estado que no caso em tela está representado pelo Ministério da Magia, intervém para garantir ao garoto a segurança e o seu bem-estar.

Na história, o Estado estabelece leis e regulamentos para proteger as crianças bruxas e controlar o uso da magia em idade escolar, assim como acontece na realidade como a Lei nº 8.069/90, ECA, que normatiza os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, priorizando seu desenvolvimento saudável e protegido. Tal como na história que estabelece a presença de professores e funcionários responsáveis pela proteção dos alunos da instituição, no Brasil regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece que as instituições de ensino devem zelar pelo bem-estar dos estudantes, promovendo um ambiente seguro e saudável. As escolas devem ter profissionais capacitados, como professores, orientadores educacionais e pedagogos, que são responsáveis por orientar e proteger os estudantes.

Além disso, o ECA prevê a criação dos Conselhos Tutelares, que têm a função de zelar pelos direitos das crianças e adolescentes, atuando na prevenção e no enfrentamento de situações de violação desses direitos. Os Conselhos Tutelares são uma forma de proteção estatal, assim como o Ministério da Magia em Harry Potter, e atuam em parceria com as instituições de ensino e outros órgãos governamentais.

Outrossim, a sociedade bruxa como um todo tem um papel importante na proteção dos menores. Os adultos bruxos, como os membros da Ordem da Fênix, se unem para lutar contra o mal e garantir a segurança das crianças bruxas. A

comunidade bruxa como um todo também desaprova aqueles que colocam em risco o bem-estar dos menores, como Voldemort e seus seguidores. Assim como a sociedade na realidade, é fundamental que a comunidade esteja envolvida na proteção e no bem estar das crianças e adolescentes. Isso inclui familiares, vizinhos, amigos, educadores e outros membros da comunidade que devem estar atentos as situações de vulnerabilidade ou violação dos direitos dos menores.

A sociedade desempenha um papel importante ao denunciar abusos, negligência ou qualquer forma de violência contra crianças e adolescentes. É necessário criar uma cultura de proteção, em que todos estejam cientes da importância de agir em prol do bem-estar dos menores.

Além disso, a sociedade também pode apoiar organizações e instituições que trabalham em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, contribuindo para a criação de ambientes seguros e propícios ao seu desenvolvimento.

No que diz respeito à família, vê-se exemplos variados no universo de Harry Potter. Alguns personagens têm famílias amorosas e protetoras, como os Weasley, que demonstram cuidado e apoio uns pelos outros. Por outro lado, há famílias disfuncionais, como a família de Draco Malfoy, que prioriza a pureza do sangue e está disposta a prejudicar os outros para alcançar seus objetivos.

Nesses casos, o Estado e a sociedade têm a responsabilidade de intervir e proteger as crianças ou adolescentes. Isso pode ocorrer por meio de serviços sociais, como o Serviço de Proteção à Criança e ao Adolescente, que pode remover uma criança de um ambiente familiar abusivo e providenciar suporte necessário.

Em síntese a sociedade e o Estado, em especial, têm o dever de proteger e garantir o melhor interesse das crianças e adolescentes, mesmo que isso signifique interferir na autoridade familiar. Por mesmo sendo os laços consanguíneos importantes nos laços familiares é necessário em primeiro lugar garantir a qualidade de vida do menor.

6. REFERENCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Brasília, DF, Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 de janeiro de 2023

Brasil. Lei Federal nº 17.943-A (1927). **Lei de assistência e proteção a menores**.

Brasília, Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm>. Acesso em: 23 de maio de 2023

Brasil. Lei Federal nº 6.697 (1979). **Código de Menores**. Brasília, Disponível em:

< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm>. Acesso em: 23 de maio de 2023

Brasil. Lei nº 2.040 (1871). **Lei do Ventre Livre**. Brasília, Disponível em:

< <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496715>>. Acesso em: 23 de maio de 2023

COLUCCI, Camila Fernanda Pinsinato. **Princípio do melhor interesse da criança:**

Construção Teórica e aplicação prática no direito brasileiro. Dissertação – Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

FRANCISCO, Beatriz Masson. **Leitores e leituras de Harry Potter**. 2019. 118 f.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ISHIDA, Valter Kenji. Estatuto da Criança e do Adolescente: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2011

NERY JÚNIOR, Nelson. **Princípios do processo civil à luz da Constituição**

Federal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Estatuto da Criança e do Adolescente comentado. São Paulo: Saraiva 1991.

ROBERTO, Paulo Henrique Barbosa. **Harry Potter e a Importância da Educação**

na Luta contra as opressões. 2022. Trabalho de conclusão de curso em bacharel em Direito, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

ROWLING, J. K. **Harry Potter e a Câmara Secreta**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

Tradução de: Lia Wyler.

ROWLING, J. K. **Harry Potter e a Ordem da Fênix**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

Tradução de: Lia Wyler.

ROWLING, J. K. **Harry Potter e as Relíquias da Morte**. Rio de Janeiro: Rocco,

2007. Tradução de: Lia Wyler.

ROWLING, J. K. **Harry Potter e o Cálice de Fogo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

Tradução de: Lia Wyler.

ROWLING, J. K. **Harry Potter e o Enigma do Príncipe**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005. Tradução de: Lia Wyler.

ROWLING, J. K. **Harry Potter e o Prisioneiro de Azkaban**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. Tradução de: Lia Wyler.

SILVA, E. R. A.; MELLO, S. G.; AQUINO, L. M. C. **Os abrigos para crianças e adolescentes e a promoção do direito à convivência familiar e comunitária**. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da. (coord). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004, p. SILVA, 2004.

UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>. Acesso em: 25 de maio de 2023

UNICEF. **História dos direitos da criança**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-crianca>>. Acesso em: 25 de maio de 2023

WESTIN, R. **Crianças iam para a cadeia no Brasil até a década de 1920**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/07/criancas-iam-para-a-cadeia-no-brasil-ate-a-decada-de-1920#:~:text=O%20c%C3%B3digo%20de%201927%20foi,resistiu%20%C3%A0%20mudan%C3%A7a%20dos%20tempos>>. Acesso em: 23 de maio de 2023

WESTIN, R. **Fazendeiros tentaram impedir aprovação da Lei do Ventre Livre**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivos/fazendeiros-tentaram-impedir-aprovacao-da-lei-do-ventre-livre#:~:text=Neste%20m%C3%AAs%2C%20a%20Lei%20do,nenhum%20escravizado%20em%20solo%20brasileiro>>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

Wiki Harry Potter." Fandom.com, 2022, Disponível em: <harrypotter.fandom.com/pt-br/wiki/P%C3%A1gina_principal>. Acessado em 26 de dezembro de 2022.